



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2014.0000222469

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0016167-57.2008.8.26.0020, da Comarca de São Paulo, em que é apelante GISLANE SANTOS DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA) e é apelada VIA SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA.

ACORDAM, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PARCIAL PROVIMENTO ao apelo da autora apenas para modificar o fundamento da extinção do processo. V.U.", de conformidade com o voto do Relator que integra este Acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos Desembargadores RUY COPPOLA (Presidente) e MILTON CARVALHO.

São Paulo, 10 de abril de 2014

LUIS FERNANDO NISHI
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 15291

Apelação Cível nº 0016167-57.2008.8.26.0020

Comarca: São Paulo – Foro Regional Nossa Senhora do Ó – 1ª Vara Cível

Apelante: Gislane Santos de Oliveira

Apelada: Via Sul Transportes Urbanos Ltda.

Juiz 1ª Inst.: Dr. Vicente de Abreu Amadei

APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – EMPRESA DE TRANSPORTE PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE PASSIVA – Inteligência do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil – Ausência de comprovação de que o ônibus que causou o acidente seria de propriedade da empresa ré – Legitimidade passiva “ad causam” não demonstrada – Carência da ação – Extinção do processo com fulcro no artigo 267, VI do CPC – Recurso da autora provido parcialmente apenas para modificar a fundamentação da sentença, extinguindo o processo sem resolução do mérito, por ser a autora carecedora da ação.

Vistos.

Trata-se de apelação interposta por **GISLANE SANTOS DE OLIVEIRA** contra a r. sentença de fls. 71/72 que, em ação de indenização por danos materiais, movida contra **VIA SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA.**, julgou extinto o processo, nos termos do art. 267, IV, do Código de Processo Civil, pela inépcia da petição inicial, condenando a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), atualizados a partir da r. sentença.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Irresignada, apela a autora, sustentando, em síntese, que não foi oportunizada a regularização da petição inicial, nos termos do art. 284 do CPC, sendo patente a afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como que a responsabilidade da empresa ré é objetiva.

Recurso recebido e processado (fls. 85), a apelada apresentou respostas (fls. 88/92) em defesa do desate da controvérsia traduzido na sentença recorrida.

É o relatório, passo ao voto.

Segundo consta da petição inicial, no dia 18.05.2006, o marido da autora, **Sr. Levi Jardim de Oliveira**, estava na garupa da motocicleta conduzida por Wagner Venâncio, quando esta foi interceptada por ônibus de propriedade da empresa ré. Com o impacto, ambos os ocupantes da motocicleta vieram a falecer.

Sustenta que a responsabilidade da empresa ré é objetiva, vez que o transporte público é uma atividade de risco, nos termos do art. 927, parágrafo único, do Código Civil, bem como haveria culpa *in elegendo*, devendo responder pelo ato ilícito praticado por seu preposto.

Alega a ocorrência de danos morais em razão do acidente fatal sofrido por seu esposo, pleiteando indenização no valor de 100 (cem) salários mínimos.

Citada, a empresa ré apresentou contestação,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

aduzindo, em síntese, a inépcia da inicial, uma vez que a autora não teria indicado qual a conduta culposa do motorista do coletivo, e sua ilegitimidade passiva (fls. 29/39).

I -- Primeiramente, cumpre consignar que a responsabilidade da ré é objetiva, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição Federal, visto que se trata de empresa prestadora de serviço público.

Sobre o tema, o Pretório Excelso fixou como objetiva a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, relativamente a terceiros usuários e não-usuários, reconhecida a repercussão geral da questão¹.

Dessa forma, desnecessária a comprovação da conduta culposa do motorista do coletivo no acidente de trânsito que resultou na morte do esposo da parte autora, motivo pelo qual **não há falar em inépcia da inicial** por falta de causa de pedir completa e especificada, nos termos do art. 295, parágrafo único, inciso I, do Código de Processo Civil.

II -- Com efeito, ainda que a responsabilidade da empresa ré, em tese, seria objetiva, é desnecessária apenas a comprovação da culpa ou dolo no ato ilícito, entretanto, a parte autora deve comprovar o nexo de causalidade, a conduta e o dano experimentado.

No presente caso, **não há demonstração de que o coletivo que causou o acidente seria de propriedade da empresa ré**, ou seja, não há comprovação da autoria da conduta que resultou no trágico evento.

¹ STF, RE 591.874/MS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Lewandowski, julgamento em 26.08.2009, publicação em 18.12.2009.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conforme o Relatório do Inquérito Policial 242/06 (fls. 54/56), a testemunha Eugênio Moreira Sobrinho, que teria presenciado o evento danoso, anotou a placa CZZ-6989/SP, mas afirmou que ***“as letras anotou com absoluta certeza, mas a numeração não pode afirmar”*** (fls. 55), bem como ***“foram efetuadas diligências para identificar o veículo envolvido nos fatos sendo o resultado negativo”*** (fls. 56).

Ademais, há ofício apresentado pela SPTRANS (fls. 94), informando que nenhuma das linhas que atendem à Av. Deputado Cantídio Sampaio, local em que ocorreu o acidente, é de responsabilidade da empresa ré, a Via Sul Transportes Urbanos Ltda., corroborando a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da presente ação.

Dessa forma, forçoso reconhecer que a parte autora não se desincumbiu a contento do ônus que lhe competia por força do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, nada trazendo de verossímil a corroborar o quanto alegado.

Havendo dúvidas sobre qual seria o ônibus envolvido no acidente que culminou na morte do esposo da autora, **deve ser reconhecida a ilegitimidade passiva *ad causam* da empresa ré.**

Não há, assim, qualquer elemento que demonstre a legitimidade da ré e sua eventual responsabilidade pelo acidente danoso, de rigor o reconhecimento da autora como carecedora da ação, ***na medida em que não demonstrada a legitimidade passiva “ad causam”, na forma do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil.***



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

III -- Deve, portanto, ser provido parcialmente o apelo unicamente para modificar o fundamento da extinção do processo, de inépcia da inicial (artigo 267, IV, do CPC) para a carência de ação por parte da autora (art. 267, VI c/c art. 295, II, ambos do CPC), mantida, no mais, a r. sentença.

Diante do exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO ao apelo da autora apenas para modificar o fundamento da extinção do processo.**

LUIS FERNANDO NISHI

Relator